

ABADIAS CISTERCIENSES PORTUGUESAS

I

INVENTÁRIO E CRONOLOGIA DAS ABADIAS DO SÉC. XII

1 — Fontes históricas. Manuscritos e Crónicas

Muitas vezes se tem notado como é difícil alguém pronunciar-se com absoluta certeza acerca das origens da Ordem de Cister em Portugal. Não modificam sensivelmente esta desanimadora conclusão as investigações efectuadas nos últimos anos. Se é possível apresentar com exactidão alguns pormenores, no conjunto não se passa de hipóteses e aproximações. É forçoso aceitar este facto, não obstante a importância da solução de tal problema para a história do século XII em Portugal. Dissimular as lacunas ou aduzir mais uma vez, sem verificação, as narrativas dos cronistas, seria falta de lealdade. Parece indispensável estabelecer desde já o balanço dos nossos conhecimentos neste domínio, averiguando o que se pode afirmar com certeza. A isto se limita o presente trabalho, voluntariamente confinado ao século XII ⁽¹⁾.

Na primeira parte trataremos das abadias fundadas até ao ano de 1200. Na segunda desejaríamos estudar mais em pormenor o caso do mosteiro de Alcobaça.

Não faltam fontes históricas, manuscritos e crónicas, mas infelizmente não muito seguras. O conjunto mais importante de

(1) Neste estudo retoma-se a comunicação que fizemos em Braga ao Congresso de Portugal Médiavo, em Novembro de 1959.

manuscritos conserva-se na Biblioteca Nacional de Lisboa, no fundo chamado «de Alcobaça» (2). A mesma Biblioteca possui ainda outros manuscritos repartidos por várias colecções (3). Recolheram também cartulários e volumes o Arquivo Nacional da Torre do Tombo e algumas bibliotecas de província.

Quando se trata de cartulários pròpriamente ditos, basta aplicar ao seu estudo as regras ordinárias da crítica científica. Mas a principal dificuldade, no caso que nos interessa, reside na falta de classificação desses documentos. Não pode um investigador estrangeiro empreender o seu inventário, por não dispor de muito tempo. Estão inventariados os manuscritos da Biblioteca Nacional, e foi publicado o seu catálogo em 1930 (4). Infelizmente, este catálogo é pouco exacto. Contém erros de data e de paginação. Muitos manuscritos importantes desapareceram depois da sua publicação. Ainda assim, presta serviços. Não devemos, todavia, iludir-nos com o grande número de códices que ele indica, pois os manuscritos de carácter histórico repetem-se todos. Nasceram cedo, logo desde o século XIII, as lendas concernentes à origem da Ordem, e as crónicas ou memórias sobre as abadias foram embelezando e difundindo essas lendas. Assim acontece que o autor, ignorando totalmente as origens do mosteiro, lhe traça a história sem atentar nos absurdos que se lhe deparam. Neste aspecto — e é um exemplo entre muitos — importa acautelar contra a história de Salzedas, de Frei Baltasar dos Reis, manuscrito publicado há alguns anos (5). Temos aqui um notável exemplo de erro devido à ignorância dos usos da Ordem cisterciense no século XII. Santa Maria de Salzedas mudou de sítio depois da sua incorporação em Cister, como S. Pedro das Águias e Alcobaça. Essa transferência era então frequente, e até Cister e Claraval conheceram tais vicissitudes. Com inteira boa fé Frei Baltasar dos Reis acreditou que tinha havido dois mosteiros, a pouca distância um do outro, e esforçou-se por lhes architectar a história e compor uma lista dupla de abades.

(2) O catálogo foi publicado em 1930 pelo Dr. Ataíde e Melo: *Inventário dos Códices Alcobacenses*. Merece graves reservas quanto ao seu valor.

(3) Por exemplo: Fundo Geral 148, 149, 577, 1118, 1476, 1478, 1482, 1485, 1494. — Iluminados, 155, 176.

(4) Depois desta publicação desapareceram infelizmente muitos manuscritos importantes.

(5) *Livro da Fundação do Mosteiro de Salzedas*, por Frei Baltasar dos Reis, ed. de J. Leite de Vasconcelos, Lisboa, 1934.

As Crónicas não oferecem maior segurança. Como é sabido, os monges de Alcobaça publicaram uma série de trabalhos a respeito da sua Ordem. O promotor da empresa foi Frei Bernardo de Brito, autor da *Chronica de Cister* e das duas primeiras partes da *Monarchia Lusitana* (6). Tem sido muito discutida e criticada a sua obra. Não se lhe pode prestar crédito. É verdade que hoje se admite não ter sido ele o inventor das lendas que divulga e que bem cedo teriam nascido nos claustros cistercienses portugueses do século XIII. Crédulo, destituído de senso crítico, mas escritor de categoria e dotado de brilhante imaginação, Frei Bernardo tomou-as à sua conta e deu-lhes definitivo crédito. Por seu intermédio passaram elas às obras de outros cronistas da península e chegaram até nós, tanta vez reproduzidas nos melhores historiadores modernos. Não seria razoável imputar-lhe as falsificações que se encontram no seu trabalho e que, pela maior parte, são obra de alguns dos seus correspondentes, entre os quais era o menos escrupuloso Gaspar Alves de Lousada Machado (7). As Crónicas de Brito, qualquer que seja a sua boa fé, são mais do que inúteis, porque são prejudiciais, e o historiador não pode utilizá-las.

Mostrou-se mais circunspecto D. António Brandão (8), que possuía sólidas qualidades de historiador. Apesar do respeito que professa pelo seu predecessor, não hesita em criticá-lo (9). Indica as fontes e confessa lealmente a sua ignorância quando não pode pronunciar-se com certeza. É digno de confiança quando reproduz textos e inscrições que viu, mas também foi induzido em erro por alguns documentos dos cartulários monásticos e, por isso, convém utilizá-lo com as devidas cautelas.

Os continuadores da *Monarchia Lusitana* (10) não merecem

(6) Frey Bernardo de BRITO, *Primeyra parte da Chronica de Cister onde se contam as cousas principais desta religiam com muytas antiguidades...*, Lisboa, 1602. A primeira parte da *Monarchia Lusitana* foi impressa em Alcobaça em 1597. A segunda, em Lisboa, em 1609.

(7) Secretário do Arcebispo de Braga e Conservador do Arquivo da Torre do Tombo.

(8) Abade Geral da Congregação de Alcobaça e autor da terceira e quarta partes da *Monarchia Lusitana*.

(9) Por exemplo a respeito da identidade de Pedro Afonso, pretense irmão natural de D. Afonso Henriques.

(10) Sobre este grupo de historiadores vejam-se as várias histórias da literatura portuguesa, particularmente: Fidelino de FIGUEIREDO, *História Literária de Portugal (sécs. XII-XX)*, Coimbra, 1944; Reis BRASIL, *História da Literatura Portuguesa*, Lisboa, 1958; António José SARAIVA e Óscar LOPES, *História da Literatura Portu-*

mais crédito do que Brito. Quanto aos outros escritores de Alcobça, Fr. Manuel de Figueiredo, Fr. Manuel dos Santos e Fr. Fortunato de São Boaventura ⁽¹¹⁾, também estão sujeitos a caução, pelo menos no que concerne aos dois primeiros séculos cistercienses portugueses.

Pode especialmente censurar-se a estes «historiadores» o haverem falseado completamente as perspectivas históricas propondo-se galvanizar o sentimento nacional sob o domínio dos Filipes de Espanha, e sobretudo o não terem tomado em conta a legislação cisterciense em matéria de fundações ⁽¹²⁾, porque pertenciam a uma congregação independente que tinha quebrado todos os laços com Cister, Cabeça da Ordem. É muito importante este último ponto, porque alguns excelentes historiadores modernos não o tomaram em consideração e na fé dos Alcobacenses aceitaram e ratificaram erros flagrantes.

O balanço não é animador: manuscritos sem valor real, documentos essenciais desaparecidos, como, por exemplo, os cartulários de S. João de Tarouca e S. Cristóvão de Lafões, Crónicas recheadas de anacronismos e falsificações. Podem corrigir-se ou rectificar-se bastantes narrativas, recorrendo às regras da crítica histórica. É suficientemente conhecida a mentalidade dos cronistas, os processos que eles usavam e que não diferiam dos de seus contemporâneos de outros países numa época em que a história e a hagiografia se compenetravam. A origem tão frequentemente milagrosa dos mosteiros pertence àquele piedoso folclore em que bebiam os analistas da Idade Média ⁽¹³⁾. Certos episódios encontram-se através de toda a Europa medieval. Por isso é fácil, quando se conhecem, seguir-lhes a pista nos nossos monges portugueses. Estes critérios negativos permitem eliminar boa parte das lendas, mas não são o bastante. É preciso recorrer a outras fontes.

guesa, 2.^a ed. corrigida, Porto, s. d.; Aubrey F. G. BELL, *A Literatura Portuguesa (História e Crítica)*, Coimbra, 1931.

(11) Frei Manuel dos SANTOS, *Alcobça Ilustrada...*, Coimbra, 1710. Frei Fortunato de SÃO BOAVENTURA, *História Chronologica e Crítica da Real Abbadia de Alcobça...* Lisboa, 1827.

(12) Esta legislação confiava ao Capítulo Geral o encargo de aceitar ou recusar os projectos de fundação.

(13) A este respeito pode consultar-se com utilidade a excelente obra de C. Grant LOOMIS, *White Magic — An Introduction to the Folklore of Christian Legend*, Cambridge, Massachusetts, 1948.

2 — A legislação e os «Usos» de Cister

Tendo-se aceitado outrora sem discussão as narrativas dos «Cronistas de Alcobaça», há hoje a tentação de os rejeitar em bloco ou, pelo menos, de adoptar a seu respeito uma atitude negativa e ignorá-los. Seria preferível ficar num justo meio termo. São eles censurados por terem antedatado a fundação de Alcobaça, a fim de a relacionarem com a tomada de Santarém. Antecipando cinco anos essa fundação torna-se crível a lenda do voto do primeiro rei de Portugal. Mas na realidade Alcobaça foi fundada em 1153, ano da morte de S. Bernardo. Da aproximação das datas conclui-se que o Abade de Claraval não podia estar na origem de um mosteiro estabelecido na ocasião em que ele se encontrava demasiado doente para se ocupar dos negócios correntes. De facto as coisas devem ter-se passado de outro modo. Para se conformar com as prescrições da Ordem em matéria de fundações, D. Afonso Henriques teve de apresentar o pedido ao Capítulo Geral de Cister de 1151, o mais tardar. Os Abades inquiridores fizeram o seu relatório no ano seguinte. Eram indispensáveis estas formalidades e deviam realizar-se antes da assinatura da carta de fundação⁽¹⁴⁾. Por conseguinte, em 1151 pelo menos, S. Bernardo estava de acordo para o estabelecimento de um mosteiro em Alcobaça. Eis outros exemplos: a intervenção de S. Bernardo no traçado da planta de Alcobaça explica-se pela semelhança dessa planta com a de Claraval. A dos anjos que retiraram de noite as cordas que tinham servido para delimitar a posição do mosteiro é a transposição de um facto atestado pela tradição: os monges estabeleceram-se primeiro em Chiqueda, a 2 ou 3 quilómetros do sítio actual.

A primeira tarefa que se impõe consiste em introduzir ordem na confusão das lendas e procurar descobrir as parcelas de verdade que nelas se contêm. Em seguida convém ordenar a lista dos mosteiros e reconstituir a cronologia das fundações. Por fim estudar-se-á o seu desenvolvimento económico. Este teve como consequência modificações nos edifícios conventuais, ou para os embelezar ou para os ampliar. É necessário neste caso o

(14) Efectivamente, depois de ter ouvido os inquiridores é que o Capítulo dava o seu parecer. Só nesse momento o Abade a quem era oferecido um local para fundação podia aceitá-lo e assinar o documento de doação.

estudo das plantas, pois nelas se encontra com frequência a marca dos períodos de prosperidade ou de decadência. O que se diz da prosperidade material vale também para o recrutamento monástico. A igreja prevista para 40 monges tem de ser aumentada se esse número é ultrapassado. Será indispensável remodelar a capela-mor e o transepto para instalar capelas, se aumentar o número dos sacerdotes, pois a disciplina antiga não permitia celebrar duas vezes a missa no mesmo dia sobre um altar, sem motivos graves. Não será preciso procurar noutra parte as razões que levaram os monges de Claraval a substituir a cabeceira plana da sua igreja por uma ábside de capelas radiantes logo depois da morte de S. Bernardo. Este não admitia outra planta senão a que ficou com o seu nome: *Planta clássica bernarda* ⁽¹⁵⁾.

O conjunto das construções monásticas é um espelho que reflecte fielmente a evolução da abadia. Por conseguinte, se for possível encontrar vestígios de remodelações e reconstituir a série das transformações, evitar-se-ão lamentáveis anacronismos. Para nos limitarmos a Alcobaça, deverá admitir-se que o mosteiro teve verdadeira influência desde o século XII se os edifícios actuais foram empreendidos nessa época com a amplitude que lhes conhecemos. Se, pelo contrário, a planta do século XII previa edifícios mais modestos e chegarmos a reconstituir, ao menos no essencial, o que de bom grado chamaríamos ALCOBAÇA I, teremos preciosos indícios a acrescentar ao que aliás é sabido do comportamento *certo* dos primeiros soberanos e da evolução económica dos coutos.

Ter-se-ão ainda em conta os acontecimentos que perturbaram o desenvolvimento normal da abadia e influenciaram na sua evolução posterior. No que respeita a Alcobaça, será preciso verificar a realidade da matança dos monges pelos Muçulmanos em fins do século XII e a cronologia desse facto importante, pois foi seguido da destruição dos edifícios em vias de construção. A história da arte, sobretudo quando se trata de um monumento

(15) Cf. H.-P. EYDOUX, *L'Architecture des Eglises cisterciennes d'Allemagne*, Paris, 1952; it. *Les fouilles de l'abbatiale d'Himmerod et la notion d'un plan bernardin*, em *Bulletin Monumental*, CXI, 1953, pp. 29-36. H. V. BEUER, *Evolution du plan des églises cisterciennes en France, dans les Pays germaniques et en Grande-Bretagne*, em *Cîteaux in de Nederlanden*, 1957, VIII, 269-289; Elie LAMBERT, *Remarques sur les plans d'églises dits cisterciens*, em *Actes et travaux de rencontre franco-allemande d'art*, Paris, 1951. A obra indispensável para o estudo das igrejas cistercienses é a seguinte: P. Anselme DIMIER, *Recueil de plans d'églises cisterciennes*, Paris, 1949, 2 vol., um dos quais de estampas.

com a importância de Alcobaça, lucrará com a correção de uma cronologia defeituosa.

Há meios de verificação de que se pode dispor para suprir a ausência de documentos. Tais são os costumes da Ordem de Cister, as prescrições dos Capítulos Gerais, os textos autênticos como os relatórios das Visitas Regulares ou as Definições capitulares concernentes a um ou outro dos nossos mosteiros. Infelizmente essas Definições nem sempre nos ministram os esclarecimentos desejados, e até acontece suscitarem novos problemas.

Em 1227 o Abade de Alcobaça e o de Tarouca são encarregados de inquirir a respeito da construção de um mosteiro de monjas projectado pela *filha do rei de Portugal*. Não se diz de que filha do rei nem de que mosteiro se trata. No mesmo ano o Abade de Alcobaça pede ao Capítulo autorização para mudar de sítio um mosteiro da sua filiação: *de gremio suo*. Os Abades de Tarouca, S. Pedro das Águias e Salzedas são designados para visitar o novo local e tomar a decisão que melhor lhes parecer. Nessa data não se verifica transferência de mosteiro da filiação de Alcobaça. A inspecção confiada aos três Abades supõe um local onde se projectasse construir. Não pode tratar-se de modificação respeitante a Alcobaça, pois os monges tinham entrado na posse do novo mosteiro em 1223, quatro anos antes. Perde-se a gente em conjecturas sobre a identificação do mosteiro visado no pedido do Abade. Pelo menos, esta Definição confirma o que aliás sabemos: em Portugal, como por toda a parte, eram escrupulosamente respeitadas as regras sobre fundações e trasladações de abadias — coisa de que não falam os cronistas do século XVII.

Resta ainda um assunto de altíssima importância: a unidade que caracteriza a Ordem cisterciense. Encontramo-la expressa nestes termos no mais antigo texto legislativo elaborado pelos Padres Fundadores: «Queremos, pois, desde agora... que em todas as nossas acções não haja nenhuma diferença e que nós vivamos unidos pela mesma caridade, a mesma regra e *os mesmos usos*» (16). Esta unidade é uma das características essenciais da Instituição cisterciense. A fim de a preservar, os Capítulos não tardaram a publicar normas a que todos deviam obedecer. Ao

(16) «quatinus in actibus nostris nulla sit discordia sed una caritate una regula similibusque vivamus moribus», Cod. *Laybach* 31' f^o 9^r et 9^v.

mesmo tempo elaborava-se uma verdadeira jurisprudência por meio de sentenças proferidas contra os transgressores. Também foi preciso fixar regras quanto às fundações, sua localização, relações com o poder temporal, o bispo e os vizinhos, e garantias jurídicas para acautelar de futuro a propriedade e integridade dos terrenos doados pelos fundadores. Estabeleceu-se uma hierarquia entre os mosteiros. A nova abadia tornava-se *filha* da que a povoava. O Superior da abadia-mãe tornava-se o *Pai Imediato* da abadia-filha. O insigne mosteiro de Cister era «Mãe de todas as Igrejas da Ordem». Cada uma das suas quatro primeiras fundações tornava-se por sua vez chefe de filiação. O Abade Pai conservava certo direito de vigilância sobre a filha. Todos os anos lhe fazia a Visita Regular e velava pela manutenção da Observância, corrigindo os abusos e apresentando o seu relatório ao Capítulo. Reunia-se este uma vez por ano em Cister. Todos os Abades tinham obrigação de assistir a ele e podiam apresentar livremente as suas opiniões. Enfim, a mesma preocupação de unidade acabou por impor determinações a respeito da disposição dos edifícios no mosteiro, o que levou a uma notável uniformidade na planta de todas as abadias cistercienses.

Deste modo possuímos um conjunto de textos legislativos, regras, costumes, que permitem conferir as narrativas dos cronistas com a realidade e fazer a distinção entre a verdade e a fantasia. Nas origens da Ordem, as coisas não podiam passar-se em Portugal de maneira diferente dos outros países. Se a legislação se modificou, foi só depois que as abadias portuguesas se separaram de Cister, Abadia-Mãe de todas as Igrejas da Ordem⁽¹⁷⁾. Pelas mesmas razões, examinando as plantas de igrejas e mosteiros que possuímos em grande número, é possível reconstituir com certeza o aspecto das abadias portuguesas desaparecidas ou reconstruídas tardiamente. Não escapa a esta regra o próprio mosteiro de Alcobaça.

Fundada em 1098, a abadia de Cister só começou a prosperar em 1112, depois da entrada de S. Bernardo. Este fundou Claraval em 1113. Afirmam as Crónicas que manifestou grande interesse pela Península, mas tais afirmações são contraditas por

(17) A Congregação autónoma foi instituída com o nome de *Congregação de Santa Maria de Alcobaça da Ordem de São Bernardo*, em 1567.

um texto autêntico, a carta 75 dirigida a Artauld, Abade de Preuilly. O abade de Claraval desaconselha vivamente um projecto de fundação em Espanha: «Ouvi dizer que desejáveis fundar uma abadia em Espanha com monges da vossa santa comunidade. A mim próprio pergunto com grande admiração por que motivo, com que conselho, para que utilidade, tendes intenção de exilar os vossos filhos em terra tão distante».

Importa considerar dois casos para o estabelecimento de monges em qualquer lugar. Ou se trata de fundação propriamente dita, ou de simples filiação. No primeiro caso, os monges estabelecem-se num sítio qualquer onde nada há. Devem ser 13: um Abade e 12 monges⁽¹⁸⁾. Entre estes últimos deve haver pelo menos quatro padres. Podem agregar-se conversos para os ajudar a construir o mosteiro provisório. Os Padres fundadores arroteiam o terreno e preparam o estabelecimento do mosteiro definitivo. Este, conforme as prescrições do Capítulo Geral, deve colocar-se sempre sob a invocação de *Santa Maria*. Tratando-se de uma filiação, o caso é um pouco diferente. Há uma comunidade preexistente, agrupamento de eremitas ou beneditinos. O número de cistercienses enviados pode ser reduzido, sobretudo em anos de numerosas filiações. Mas o Abade é sempre um cisterciense enviado pela Casa Mãe. Todos os monges filiados passam à Ordem. Os edifícios, se não estão em conformidade com as normas cistercienses, têm de ser modificados ou, se necessário, reconstruídos. A hierarquia é a de todos os mosteiros da Ordem: um Abade e um Prior. A nova Casa passa à filiação daquela que lhe enviou os reformadores. Quanto às formalidades preliminares — inquérito e garantias jurídicas — são as mesmas que para as fundações. Conserva-se muitas vezes a invocação do mosteiro antigo. Temos disso exemplo em S. João de Tarouca, S. Mamede de Lorvão, etc. Nota-se que todos os mosteiros cistercienses espanhóis do século XII são filiações e que todos os do Ocidente do país ficaram na filiação de Claraval.

(18) «Duodecim monachi cum abbate tertio decimo ad cenobia nova transmittantur», em *Super Instituta Generalis Capituli apud Cistercium: Quo in loco sint construenda cenobia*. Cap. I.

3 — Claraval, a Galiza e Portugal

Para tentar estabelecer a cronologia das abadias cistercienses portuguesas do século XII, vamos examinar a das abadias espanholas e especialmente as da Galiza, colocadas na filiação de Claraval. Será útil aqui o método comparativo para compreendermos o que se passou em Portugal na mesma época.

Admite-se geralmente que Moreruella ⁽¹⁹⁾ é a primeira fundação em Espanha (1132). S. Bernardo teria, pois, bem cedo mudado de parecer, mostrando-se favorável a uma fundação na Península. Convém, no entanto, notar que a data de 1132 só tem por base uma asserção de Manrique ⁽²⁰⁾. O primeiro documento autêntico relativo a Moreruella é uma doação de Afonso VII em 1143, e só se refere à Observância beneditina, sem mencionar a regra cisterciense. Até 1144, data em que se encontra pela primeira vez a cláusula «secundum ordinem cistercii», os documentos portugueses comportam-se como a carta de Moreruella. Se a verdadeira data da fundação do mosteiro espanhol tiver de se reportar a 1143, então a primeira abadia espanhola é Fitero, na Navarra. Fitero é filha de Morimond, mas por intermédio de Lescale-Dieu, mosteiro do sul da França fundado em 1141. Neste mesmo ano de 1141 Osera, na Galiza, é filiada na Ordem e colocada na dependência de Claraval. A este propósito é preciso assinalar que a tendência, na maior parte dos países da Europa, mas sobretudo em Espanha e Portugal, é para envelhecer os mosteiros. Não podem aceitar-se de olhos fechados cronologias absurdas, com a da abadia da Oliva, na Navarra, que teria sido fundada em 1135 por Lescale-Dieu, fundada esta por Morimond em 1137. Na realidade, a Oliva não é filha precoce nascida dois anos antes da mãe, porque deve ler-se 1150 em vez de 1135.

É muito grande a actividade da Ordem cisterciense ao terminar a primeira metade do século XII. Mas só se trata de filiações, e não de fundações propriamente ditas em qualquer parte. Tomaremos como datas extremas 1141, primeira manifestação *certa* da actividade dos Claravalenses na Península, e 1153, primeira atestação *certa* da presença de monges de Claraval em Alcobaça. Nestes 12 anos, Claraval agrega 8 mosteiros, 5 dos

(19) Na diocese de Leão.

(20) Em *Cisterciensium seu verius ecclesiasticorum annalium a condito Cistercio tomii IV*; Lyon, 1642-1659.

quais na Galiza ⁽²¹⁾. Eis estes últimos com a cronologia tradicional que conviria verificar: Osera (1141), Sobrado (1142), Melón (1142), Meira (1143), Monte de Ramo (1153). Depois é preciso esperar por 1162 (Armentera), 1185 (Oya) e 1225 (Acibeiro) para encontrar novas filiações ou fundações *directas* de Claraval.

O que se sabe acerca da actividade da Ordem na Península durante o século XII pode resumir-se deste modo:

A — Em 1127 S. Bernardo desaconselha fundações em Espanha. Isto basta para corrigir Brito que data de 1120 a fundação de Tarouca.

B — A fundação de Morerueta em 1132 está sujeita a discussão. Esse mosteiro teria ficado isolado durante 9 anos. Depois, entre 1141 e 1153, temos em Espanha um total de 18 fundações com o que poderíamos chamar dois períodos de «ponta», um entre 1141 e 1144, outro em 1152-1153. Eis o quadro destas fundações ⁽²²⁾:

- 1141: Fitero, Monsalud (Morimond).
Osera (por Claraval).
- 1142: Sobrado, Melón (por Claraval).
Sacramenia (Morimond).
- 1143: Meira (por Claraval).
Valbuena (Morimond).
- 1144: Huerta (Morimond).
- 1146: Veruela (Morimond).
- 1147: La Espina (por Claraval).
- 1148: Rio Seco (Morimond).
- 1150: Oliva (Morimond).
- 1151: Poblet (Claraval).
- 1152: Santes Creus, Valparaíso (Claraval).
- 1153: Monte de Ramo (Claraval).
Rueda (Morimond).
- 1162: Armenteira (Claraval).

Nenhuma das fundações de Morimond foi feita directamente pela Abadia Mãe. São obra de filiais francesas: Lescale Dieu,

(21) A cronologia aqui indicada deveria ser verificada e só se apresenta sob reserva.

(22) A filiação indica-se entre parêntesis. Quando um mosteiro foi fundado directamente por Claraval, é assim indicado: *por Claraval*.

Berdoues e Gimont. Ao contrário, os mosteiros da filiação de Claraval foram todos filiados por esta abadia e em vida de S. Bernardo. Dos 9 mosteiros claravalenses espanhóis desta época, estão 5 na Galiza. Eis o quadro das fundações claravalenses e sua localização:

Osera (1141; diocese de Orense).

Sobrado (1142; dioc. de Santiago).

Melón (1142; dioc. de Tui).

Meira (1143; dioc. de Lugo).

La Espina (1147; província de Valladolid).

Valparaíso (1152; província de Samora).

Monte de Ramo (1153; dioc. de Orense).

Poblet (1151; dioc. de Tarragona. Fundado por Fontfroide, filha de Claraval).

Santes Creus (1152; dioc. de Tarragona. Por Grandselve, filha de Claraval).

Este quadro indica claramente a orientação de Claraval que reserva para si o Ocidente da Espanha, começa por filiar estabelecimentos monásticos galegos e deixa às suas filiais o cuidado de se implantar a leste. Pelo contrário, não encontramos nenhuma abadia dependente de Cister. A actividade de Claraval é directa. A de Morimond exerce-se sempre por intermédio de filiais francesas.

Perante estes factos, hesitamos em aceitar a afirmação de Manrique a respeito de Morerueta. É extraordinário que Claraval, no apogeu da sua extensão, deixasse isolado esse mosteiro durante 9 anos. Está mais de acordo com o que conhecemos admitir que a carta citada pelos cronistas, sem a menção da regra de Cister (1132), só respeita a um agrupamento monástico como os que existiam na Galiza, e ver o aparecimento de Monges Brancos nesse lugar em 1143. Morerueta pertenceria assim ao importante grupo de abadias fundadas entre 1141 e 1144. Localizada na província de Leão, propagaria o movimento que levou os claravalenses para Castela (La Espina, 1147).

Isto não passa de hipótese que importa verificar pelo exame crítico dos documentos que possuimos. Basta haver uma dúvida sobre a existência da observância cisterciense em Morerueta em 1132 para que ela se não afirme como facto certo. Até mais larga informação, admitir-se-á que o primeiro mosteiro cister-

ciense espanhol foi Fitero, na Navarra. Seria Morimond, por intermédio de Lescale Dieu, sua filial, quem teria iniciado o movimento cisterciense peninsular. Claraval tê-la-ia simplesmente imitado no mesmo ano.

De tudo isto, fixemos apenas o que directamente nos interessa. É em dois períodos, 1141-1143 e 1152-1153, que Claraval filia mosteiros em Espanha e em ambos eles limita a sua actividade à Galiza. Convém ainda notar que todas estas filiações são fruto da sua acção imediata e que todos os novos mosteiros lhe ficam ligados directamente.

4 — Grupos eremíticos e filiações cistercienses

No século XII passa-se em Portugal exactamente o mesmo que na Galiza. A bem dizer, o Minho não constitui fronteira. D. Afonso Henriques tenta apoderar-se da Galiza, que não é, a seus olhos, mais do que o prolongamento natural da região de Entre Douro e Minho. Afonso VII de Leão é vencido em Val-de-Vez e, para salvaguardar o seu território perigosamente ameaçado, inclina-se perante o seu competidor e reconhece-lhe o título de rei em Samora (1143).

Tal como a história política, também se confunde a história religiosa da Galiza e de Portugal, assinalada pela rivalidade entre Braga e as principais sés galegas. Só há uma diferença: mercê da oposição de Sesnando, alvazir moçárabe de Coimbra, a abolição do rito hispânico decidida no concílio de Burgos (1077) faz-se mais tarde em Portugal. Quanto aos mosteiros, também eles tiveram, mas com certo atraso, de abandonar as antigas regras para adoptar a de S. Bento, como exigia o concílio de Coiança (1050). A adopção da Regula provocou naturalmente alguma confusão nas pequeninas comunidades do norte. Não se encontram nesta época grandes abadias, e Cluni ainda não apareceu. Em contrapartida, como também no resto da cristandade ocidental, há numerosos agrupamentos de eremitas dirigidos por um chefe. Muitos deles passam então a Cister. É digno de nota que quase todos os ermitérios entram na filiação de Claraval, mesmo depois da morte de S. Bernardo. Eis alguns dos mais importantes que se encontram na origem de ilustres mosteiros cistercienses: a Ordem de Savigny, as diversas fundações de Santo

Estêvão de Obazine e de Geraldo de Sales (Cadouin, Grand-selve), Fontenay, Reigny, Vauclair, Les Dunes, Froidmont, Valparaiso, todos na linhagem de Claraval. Na Bretanha, Le Relec e Bégard são filhas de Cister. Esta atracção para a observância cisterciense, como também a propensão para o deserto, comum aos eremitas e aos primeiros Monges Brancos, notaram-nas e procuraram explicá-las os contemporâneos. Escreve um cisterciense: «Houve outrora tais laços entre o deserto e Cister, que os nossos, se saíam de Cister, iam para o deserto, e os eremitas, se deixavam a solidão, vinham para Cister». A proibição formal, feita pelos primeiros Padres, de fundar mosteiros em lugares habitados confirma o seu atractivo pela vida solitária. Não admira, pois, que os grupos eremíticos da Galiza se tenham dirigido aos cistercienses quando experimentaram a necessidade de adoptar uma regra monástica tão próxima quanto possível da vida que até então levavam. Claraval, talvez já implantado no Ocidente, acolheu-os com a maior naturalidade na sua filiação. Os eremitas portugueses podiam ser tentados a imitar os da Galiza.

Brito não consegue dissimular inteiramente a existência de eremitas na Beira. Quer fazer de S. João de Tarouca uma fundação directa de Claraval, mas os oito enviados de S. Bernardo dirigem-se a um solitário que usa o significativo sobrenome de *Cirita*. Trata-se de um termo arcaico que designa um *eremita*. Os mais antigos textos que possuímos, todos eles mencionam eremitérios. Em particular uma doação de 1133 ou 1135, dirigida *vobis ihñi magistri et hñi cirita*, e que diz respeito ao ermitério de Santa Comba. Uma pequenina interpolação fez, mais tarde, de *homini (hñi) cirita*, *Ioanni (i-hñi) cirita*. Supôs-se então que João Peculiar, fundador de Lafões, designado pelo termo *ihñi*, e João Cirita, seriam os dois beneficiários da doação.

Lafões é claramente designado como ermitério num texto de 1137. Sever que dependia de Tarouca estava também povoado de eremitas que aceitaram a regra de Cister quando S. João a adoptou. Em 1144 D. Afonso Henriques doa a Tarouca, então governado pelo Abade João (a quem o documento não atribui o sobrenome de *cirita*), o ermitério de Santa Eulália, perto de Lordelo. Aí se encontra a seguinte cláusula: «secundum ordinem Cisterciensem Deo servientibus». É a primeira vez que Cister

aparece em Portugal num texto autêntico. Os Claravalenses são mencionados em 1147. Entre os confirmantes duma carta de venda, encontram-se *Fratres claravalenses*. Residem estes monges em Tarouca, pois o afirma o Prior deste mosteiro: *Prior eorum in taurauca commorantes*.

A confusão entre cistercienses e eremitas tem dado origem a muitos erros e dificultado a compreensão dos primeiros documentos. Para dissipar o equívoco pode dizer-se o seguinte: É verdade que os cistercienses, na origem da Ordem, foram por vezes confundidos com grupos de eremitas, a ponto de as cartas de fundação, como a de Bonnevaux, no Isère (1120), os designarem pela expressão *fratres eremitae*. Todavia, é difícil admitir semelhante confusão em meados do séc. XII sem provas formais. Nessa época a Ordem contava cerca de 150 mosteiros, e ninguém teria sonhado em confundir Claraval com um ermitério e S. Bernardo com um chefe de agrupamento de solitários. Parece, pois, exagerado traduzido *eremita* por *cisterciense*, e concluir pela presença de monges desta Ordem em Lafões em 1135, com João Cirita como Abade, porque as cartas são dirigidas a eremitas.

Ainda a respeito de Lafões, encontra-se em Setembro de 1137 um Abade chamado João, e no mês seguinte um Prior que é justamente João Cirita (*eiusdem loci priori*). Duas personagens diferentes? É de reçar que tal concepção seja errónea. Num mosteiro há efectivamente que distinguir o Abade, Superior da comunidade, e o seu Prior, monge por ele designado para o auxiliar e, sendo preciso, para o substituir em caso de ausência ou enfermidade. Se Lafões fosse realmente uma abadia cisterciense ou beneditina em 1137, teríamos na verdade duas personagens com o mesmo nome, um Abade e o seu Prior. A dificuldade reside na concessão de duas doações, com o intervalo de um mês, a duas personagens distintas deste mosteiro. A de Setembro é dirigida ao Abade e a de Outubro ao Prior. Em princípio uma doação menciona sempre o chefe da comunidade. Todavia, a do mês de Outubro especifica que Lafões era então um ermitério.

Esta anomalia é só aparente. Convém distinguir a hierarquia monástica e a que podia existir entre os eremitas. Para estes as palavras *Abade* (Pai) e *Prior* (Primeiro, Chefe) podiam designar a mesma pessoa, não havendo assim contradição entre as duas cartas passadas com tão breve intervalo.

Resta outra dificuldade à qual se aludiu a propósito da fundação de Moreruela. Certos documentos especificam que os monges observam a regra de S. Bento. Mais tarde vê-se aparecer um restritivo: «segundo o costume de Cister». Os cistercienses são beneditinos e poderia admitir-se que uma vez por outra um texto se limitasse a mencionar a Regra sem distinguir a observância. No entanto, se o caso se repete, devemos, por prudência, aceitar os termos tais quais se apresentam e esperar que se indique claramente o uso de Cister, sob pena de cair em anacronismo.

Na Galiza a evolução é a seguinte: eremitas, depois beneditinos, enfim cistercienses. Parece que sucede o mesmo em Portugal. Disso temos notável exemplo na Milícia de Évora. Esta Milícia, cuja fundação Brito atribui sem provas a D. Afonso Henriques, ao seu pretenso irmão natural Pedro Afonso e a João Cirita em 1162, em Coimbra, talvez na origem não passasse de uma confraria de cavaleiros como as que nessa época se encontram no leste da Espanha. Uma vez instalada em Évora, adopta a regra beneditina sem mais pormenor. Só em 1187 uma bula menciona Évora entre as possessões de Calatrava. Nesse momento a Milícia tinha passado à obediência de Cister adoptando a regra de Calatrava, Ordem militar cisterciense.

Quanto a Tarouca, sabemos que lá havia cistercienses em 1144, que o Abade se chamava João, que os monges procediam de Claraval e que o Prior, portanto o substituto do Abade (pois deve respeitar-se desta vez a hierarquia monástica), se encontrava nesse mesmo ano junto do rei com alguns dos seus confrades. Não havendo texto digno de crédito que mencione a presença de cistercienses em Portugal antes de 1144, nada autoriza a supô-la. Pelo contrário, tendo sido Tarouca um agrupamento de eremitas e estando na linhagem de Claraval como os outros mosteiros acima indicados, e isto naquele momento preciso em que a abadia francesa dá provas de grande vitalidade no ocidente da Espanha, é preferível aceitar a explicação mais simples e inteiramente conforme com o que noutros casos verificámos: Tarouca deve englobar-se no movimento de filiações particularmente intenso entre 1141 e 1144. A expansão cisterciense alastra, os recém-vindos atravessam o Minho depois de se estabelecerem na Galiza e fundam na Beira o seu primeiro mosteiro.

5 — Cronologia das abadias portuguesas do século XII

As Crónicas mostram-se confusas a respeito da cronologia das fundações. Pretendem que o Cirita auxiliasse os cistercienses a estabelecer-se em Tarouca, mas que os tivesse recebido antes no seu ermitério de Lafões. Ele próprio teria tomado o hábito de Cister e fundado Salzedas e talvez outros mosteiros da Beira. Há, todavia, desacordo quanto à primeira fundação: uns optam por Lafões, outros por Tarouca. Esse mesmo desacordo se encontra em historiadores modernos. Para esclarecer um pouco esta questão, basta recorrer ao princípio de filiação, essencial na constituição cisterciense.

Segundo este princípio, toda a abadia depende da que a fundou. Admitamos que Lafões tenha sido o primeiro mosteiro cisterciense português e que em seguida — como Brito pretende — Lafões, pelo seu Abade João Cirita, haja fundado Tarouca. Mais tarde, o mesmo Cirita, ainda Abade de Lafões (ou de Tarouca, segundo alguns), teria fundado Salzedas. De acordo com aquele princípio a filiação seria esta: Claraval é Mãe de Lafões; Lafões torna-se Mãe de Tarouca e Salzedas. Há uma interdependência, e as duas últimas abadias só dependem de Claraval por intermédio de Lafões. A realidade, porém, é diferente: Tarouca, Lafões e Salzedas dependem todas três *directamente* de Claraval, exactamente como as abadias da Galiza filiadas na mesma época. Quer dizer que foi a própria abadia de Claraval quem filiou os nossos três mosteiros e lhes enviou os seus monges. Por conseguinte, as Crónicas não merecem crédito neste ponto.

a) *S. João de Tarouca*: Atendo-nos às indicações dos documentos, consideramos Tarouca a primeira abadia portuguesa, já fundada certamente em Abril de 1144.

b) *S. Tiago de Sever*: O ermitério de Sever dependia de Tarouca e tinha adoptado como esta a regra de S. Bento. Tornou-se cisterciense quando S. João se filiou nesta Ordem. Foi vegetando perto de um século e depois desapareceu sem deixar vestígios.

c) *S. Pedro de Mouraz*: Tentativa de fundação que se malogrou. Lá se instalaram antes de 1152 *monges vindos de Claraval*, que se retiraram sem sequer avisar o rei. Conhecemos o facto por uma carta de D. Afonso Henriques ao bispo de Viseu.

d) *Santa Maria de Alcobaça*: Limitamo-nos a mencionar este mosteiro do qual trataremos em estudo à parte. A carta de fundação é datada do mês de Abril de 1153.

e) *S. Cristóvão de Lafões*: É designado como mosteiro beneditino em 1161, e reconhecido como cisterciense numa bula de 18 de Agosto de 1169. A mudança de observância ocorreu, portanto, entre essas duas datas.

f) *S. Pedro das Águias*: Esta pequena abadia teve uma existência difícil. Não se sabe ao certo em que ano foi filiada. Há um documento que a dá como mosteiro beneditino em 1170. Só em 1205 ela aparece pela primeira vez nas decisões do Capítulo Geral. Pode, pois, supor-se razoavelmente que foi filiada no fim do séc. XII. Em 1216 era tão precária a sua situação material que o Capítulo encarregava o Abade de Claraval de decidir se conviria suprimi-la *prout utilitati et honestati Ordinis*. Um pouco mais tarde, em 1227, o seu Abade pedia autorização para a transferir para outro sítio. Nesse mesmo ano o Capítulo incumbia o Abade das Águias, juntamente com os de Tarouca e Salzedas, de visitar o local para onde o Abade de Alcobaça desejava transferir um mosteiro da sua filiação: *Abbatia monachorum in prae-dio suo*. Não se sabe qual seria este mosteiro.

g) *Santa Maria de Aguiar*: Mosteiro fundado no séc. XII, ou por D. Afonso Henriques (o que parece pouco provável), ou pelo rei de Leão. Têm-no dado como filial de Moreruela, de Valparaíso ou de Boulbonne (França). Reina a maior incerteza sobre as suas origens, e é de recear que nunca se esclareçam. O que é certo é que só no fim do séc. XII se tornou português, quando se rectificou a fronteira na região de Riba-Côa. Colocou-se então na filiação de S. João de Tarouca.

h) *Santa Maria de Salzedas*: Tem uma história muito complicada. Os cronistas embrulharam singularmente o problema querendo fazer intervir João Cirta na sua fundação. Para mais, houve mudança de sítio como o prova ainda hoje a existência de um lugar chamado *Abadia Velha*, a cerca de um quilómetro do mosteiro actual. Pondo de lado as crónicas demasiado fantasistas, atenhamo-nos aos termos dos documentos conhecidos. Em Junho de 1155 e em 26 de Janeiro de 1161 encontra-se a regra beneditina. Numa bula de 1196 o mosteiro é cisterciense, e o

Abade chama-se João Fernandes. Foi verosimilmente por fins do séc. XII que Salzedas passou a abadia cisterciense.

i) Santa Maria de Seiça: Este mosteiro deve ter começado por ser beneditino. Teria sido fundado à roda de 1162, talvez por D. Afonso Henriques. Foi no 1.º de Março de 1195 que D. Sancho I doou Seiça a Alcobaça.

j) Santa Maria de Bouro: Esta abadia do Minho parece ter conhecido de começo a vida eremítica, depois a regra beneditina. Pode ser que tenha mudado de sítio. Há-de ser difícil traçar-lhe a história. Pode conjecturar-se que a sua filiação se fez no fim do séc. XII. Aparece pela primeira vez nas actas do Capítulo Geral em 1208.

k) Santa Maria de Fiães: Na região de Melgaço, perto da fronteira, foi filiado entre 1173 e 1194. Nada mais se pode dizer a seu respeito. Este mosteiro suscita um problema: embora ele esteja colocado na filiação de S. João de Tarouca, possui uma granja com o nome de Alcobaça, o que implica a acção dos monges da abadia da Estremadura. É este mosteiro o único da linha de Tarouca que fundou outro: Ermelo, no séc. XIII.

l) Santa Maria de Maceira Dão: Convento, sem grande importância, que passou dos beneditinos para os cistercienses em 1188.

Não parece possível acrescentar esta lista. Todos os outros mosteiros foram fundados ou filiados depois do século XII.

II

A L C O B A Ç A

6 — Alcobaça e o «espírito de S. Bernardo»

O mosteiro de Alcobaça é um monumento excepcional na Ordem de Cister. A igreja, pelas suas dimensões, ocupa o sexto lugar, depois de Vaucelles (132 metros de comprimento), Pontigny (108 m.), Claraval (106 m.), Royaumont e Longpont (105 m.). Alcobaça mede cerca de 100 metros, sem o pórtico hoje desaparecido. O que sobretudo a distingue é a extraordinária elevação das naves laterais cujas abóbadas atingem quase a altura da central. Exceptuadas as duas tardias abaciais ale-

mãs, Regensburg e Haina, nenhuma outra igreja cisterciense se lhe compara neste ponto.

Os historiadores de arte consideram esta igreja «a mais pura e a mais majestosa que os monges cistercienses construíram em toda a Europa» (Bertaux). Esta afirmação é corroborada por Elie Lambert que vê nas construções medievais de Alcobaça «um dos conjuntos de arquitectura cisterciense mais grandiosos e mais típicos de todo o Ocidente cristão».

É legítimo perguntar se, pela planta e a elevação, esta igreja corresponde bem à concepção tradicional, e se nela se pode ver um «fiel reflexo do pensamento de S. Bernardo».

Sabe-se que, desde a origem, a Ordem de Cirter se distinguiu por um escrúpulo de austeridade levado até ao extremo e que não poupou a arquitectura. Essa austeridade foi acentuada por S. Bernardo a quem se atribui uma planta considerada até estes derradeiros tempos a planta cisterciense por excelência. Os cronistas de Alcobaça recolheram e propagaram uma lenda, nascida nos mosteiros portugueses provavelmente no séc. XIII. Segundo eles, o próprio S. Bernardo teria desenhado a planta da igreja de Alcobaça e teria enviado um dos seus architectos para lhe dirigir a construção.

Trabalhos recentes modificaram as nossas concepções a respeito de uma arquitectura cisterciense pròpriamente dita ⁽²³⁾. Hoje admite-se que os cistercienses nada inovaram. Mostraram preferência muito nítida por uma planta o mais simples possível, mas aconteceu-lhes com frequência inspirarem-se noutras plantas, do mesmo modo que se construíram com plantas consideradas particulares à Ordem algumas igrejas que nunca foram cistercienses. A mesma observação se aplica a outras particularidades, como a orientação dos edificios conventuais que tanto podem situar-se a norte como a sul da igreja.

Deve, no entanto, notar-se que existe uma planta que parece ter merecido a preferência de S. Bernardo. É caracterizada pela cabeceira rectangular, e o seu tipo architectural mais perfeito é o de Fontenay. O Doutor Esser, de Mogúncia, que colecionou as plantas das igrejas construídas entre 1135 e 1153 (ano da morte de S. Bernardo), pôde averiguar sem difficuldade que só as igrejas da filiação de Claraval, *construídas em vida de S.*

(23) Cf. H.-P. EYDOUX e os outros autores indicados na nota 15, supra.

Bernardo, a aplicaram com rigor. Nenhuma dessas igrejas possui coro com deambulatório circular como Alcobaça. Há agora quem proponha que se abandone a expressão *planta clássica cisterciense*, que servia para designar a de cabeceira quadrada, e se substitua pela de *planta bernarda*, que parece mais lógica.

Bastaria esta simples verificação para refutar as alegações dos cronistas a respeito da intervenção do Abade de Claraval no traçado da planta e na construção da igreja de Alcobaça. Convém, todavia, levar por diante as investigações e ver se, quanto ao mais, essa igreja se conserva fiel às concepções de S. Bernardo em tal domínio.

Em que consiste o que se chama comumente arquitectura cisterciense?

Não é na planta da igreja, que varia. Também não é no uso de certos processos peculiares aos monges de Cister. Tem-se notado que os construtores se deixaram muitas vezes influenciar pelos hábitos locais. Encontram-se, no entanto, alguns elementos característicos, mesmo nas igrejas de construção tardia, como as pilastras, a detenção das colunas que suportam cruzamentos de ogiva a determinada altura acima do pavimento, etc. Mas, em geral, pode dizer-se que nada há de absolutamente original em cada um dos pormenores da construção. O que une todas as igrejas cistercienses e para elas chama a atenção é um espírito de austeridade e desnudamento levado ao extremo. Embora nunca haja cópia, existe um real parentesco entre todos esses edifícios. «Conhecer uma abadia cisterciense é, no essencial pelo menos, conhecê-las a todas. Penetrar numa abadia cisterciense é experimentar de cada vez a mesma ideia de simplicidade de linhas, de austeridade da decoração, mas nenhum desses edifícios é cópia de qualquer outro, pelo menos cópia servil» (24).

Há uma lógica funcional à qual as construções cistercienses sacrificaram tudo. Essa lógica afirma-se nos mais antigos textos que possuímos, mas sob a influência de S. Bernardo foi levada às conseqüências extremas. Sob esta influência foram promulgados, depois da morte do Abade Estêvão Harding, os decretos que proibiam os vitrais coloridos, a decoração das igrejas e a ornamentação dos paramentos. A arquitectura não podia subtrair-se

(24) Jean-François REVEL, *L'Abbaye de Noirlac — Fidèle à l'Ordre strict de Cîteaux*, em *Connaissance des Arts*, Nov. 1959.

a tal rigor. Tornou-se racional e para a qualificar convém citar aqui uma frase da Marquesa de Maillé:

«Ela (a arquitectura) é própria de pessoas que, submetidas a regras imutáveis, sabiam exactamente o que queriam e que, para exprimir o que tinham a dizer, empregaram os processos mais simples, mais directos, mais honestos».

Felizmente para nós, os construtores, apesar dos severos limites impostos pelas suas concepções e pela escolha dos materiais, deixaram-nos admiráveis obras-primas. É com prazer que a gente encontra na pena de um homem como Le Corbusier a seguinte apreciação: «Cada elemento da construção é aqui (em Cister) um valor criador de arquitectura. O conjunto como o pormenor são um... A luz e a sombra são os altifalantes desta arquitectura de verdade, de calma, de força... Na hora do «cimento bruto», bendito, benvindo e louvado seja, em meio do caminho, tão admirável encontro» ⁽²⁵⁾.

Aí está bem definida, ao que nos parece, a arquitectura chamada «cisterciense». O espírito, a sensação de austeridade (mas não de aridez), de calma e de plenitude, é que dão a uma igreja da Ordem esse sinete particular que suscita hoje a admiração. Neste sentido é Alcobaça uma das mais belas igrejas cistercienses que existem.

7 — Planta da igreja de Alcobaça

Antes de mais, convém pôr o problema. Estará conforme ao espírito de S. Bernardo a igreja de Alcobaça que nós conhecemos?

É bem conhecida a planta clássica bernarda, cuja melhor representante é a igreja de Fontenay. Regra geral, a igreja bernarda é de dimensões modestas. Tanto a construção como a planta afastam-se de toda a ostentação e devem realizar-se sem grande despesa. Para isso só se utilizam linhas direitas. As paredes são espessas, reforçadas por contrafortes. O emprego do arcobotante é reduzido ao mínimo indispensável. As naves laterais só servem para dar passagem porque a Ordem não admite procições na igreja. Há sempre uma relação entre a largura dessas

(25) François CALI, *La Plus Grande Aventure du Monde — L'Architecture mystique de Cîteaux*, Paris, 1956. Prefácio de LE CORBUSIER.

naves e o comprimento da igreja. Esta é de três naves cujas relações de altura são aproximadamente de 1 para 2 (sendo a nave central cerca de duas vezes mais elevada que as colaterais⁽²⁶⁾). Eis algumas das relações entre o comprimento total da igreja e a largura das naves, nas principais igrejas dos séc. XII e XIII:

Vaucelles:	132 m	24,50 m.
Pontigny:	108	23,40
Claraval:	106	25
Royaumont:	105	25
Longpont:	105	26
Cherlieu:	94	25
Schönau:	84	23,40
Morimond:	84	23
Heisterbach:	80	22
Poblet:	85	21
Fontenay:	66	19
Noirlac:	59	17,50
ALCOBAÇA:	100	21

Que concluir destes números, tomados ao acaso? Com a sua nave, que não ultrapassa 21 metros de largura no interior, Alcobaca não deveria ter mais de 80 a 85 metros de comprimento. Ora ela mede cerca de 100 metros de um extremo ao outro. Quanto à planta, este edifício é uma excepção.

Tem-se dito que Alcobaca era uma réplica fiel de Claraval, mas, quando se sobrepõem as plantas das duas igrejas, verifica-se que só a nave tem o mesmo comprimento. Quanto ao mais, as plantas não coincidem. É de notar especialmente que as colaterais de Claraval são cerca de metro e meio mais largas que as de Alcobaca. Sabe-se que Claraval foi construída de um só jacto. A relação das proporções entre a largura das suas colaterais e o comprimento da nave é a mesma que na maior parte das igrejas da Ordem no período áureo. Tal relação já não existe em Alcobaca onde essa largura, na parte mais antiga, vai pouco além de 3 metros. Também nisto ela é tratada como igreja de dimensões médias.

Não acabámos com as anomalias da igreja portuguesa. Há

(26) H.-P. EYDOUX, *L'Architecture des églises cisterciennes d'Allemagne*, op. c.

uma que nos parece capital. A igreja está orientada de oeste para leste. Ergue-se sobre uma língua de terra que separa o Alcoa e o Baça. Reconstituindo o relevo do solo, nota-se que a parte anterior da nave sai fora do planalto, sobre o qual está construída. A ábside, por sua vez, assenta em falso. Isto significa que, para construir a igreja, foi preciso primeiro nivelar o solo e, para isso, trazer consideráveis quantidades de terra e pedra. Poderia a coisa admitir-se sem demasiada dificuldade tratando-se só da igreja, mas numa abadia cisterciense o comprimento da nave comanda as dimensões do conjunto dos edifícios conventuais. O edifício reservado aos monges encontra-se no prolongamento do transepto. O dos conversos situa-se na extremidade da nave. O claustro é um quadrilátero quase perfeito. Concebe-se que quanto mais longa for a nave mais longo será o lado do claustro que a acompanha. O mesmo sucederá com os três outros lados. Ora, tomando em conta o relevo do solo em Alcobaça, vê-se que a ala do refeitório que liga a dos monges à dos conversos está toda ela edificada fora do terreno firme. Tentou-se remediar o caso com artifícios, como por exemplo construindo em socalcos o pavimento da sala dos monges ⁽²⁷⁾. Para entrar no refeitório é preciso descer vários degraus. Apesar disso, foram precisos importantes trabalhos de aterro, como é fácil verificar da estrada do Porto que ladeia hoje esta ala. Todo o mosteiro está, pois, construído sobre uma plataforma artificial e exigiu considerável soma de trabalho.

Toda a planta de Alcobaça (e não só a da igreja) oferece problemas que importa resolver. Como a igreja comanda as dimensões do mosteiro, é dela que nos vamos ocupar.

8 — Cronologia de Alcobaça. O mosteiro no século XII

Pode discutir-se a cronologia tradicional de Alcobaça. Admitindo que os monges se encontravam ali em 1153, é de supor que se estabelecessem provisoriamente em local um pouco afastado, talvez em Chiqueda, como pretende a tradição. Pode também aceitar-se a data de 1178 para o começo da construção do mosteiro definitivo, mas é impossível verificar essa data. Não é exagerado o intervalo de 25 anos entre a chegada dos monges e

(27) Sala transformada em celeiro no séc. XVIII.

o princípio das obras. Tinham eles de começar por cultivar a propriedade, assegurar a sua subsistência e prever o recrutamento, pois era em função da população do mosteiro que se determinavam as dimensões da igreja. Enfim, admitiremos também que os cistercienses tomaram posse do novo mosteiro em 1223. Contudo, não é possível aceitar a data de 1222 para a sagração da igreja. O *Chronicon Conimbriense* coloca-a em 1290 da era hispânica (1252 da era cristã) ⁽²⁸⁾. Os nomes dos bispos consagrantes, D. Egas Fafes, de Coimbra (1247-1268), e D. Aires Vasques, de Lisboa (1244-1258), bem como o do Abade que então governava o mosteiro, D. Egas Rodrigues (1251-1252), confirmam a menção do *Chronicon*. Foi em 1252, e não em 1222, que se sagrou a igreja de Alcobaça, o que não significa que ela estivesse concluída. É importante esta rectificação, porque em 1252 estavam terminadas as grandes igrejas góticas do Ocidente. Alcobaça aparece, pois, como um monumento tardio. Todavia, a capela-mor, o transepto e os quatro primeiros tramos da nave correspondente ao coro dos monges estavam acabados em 1223, sem o que não teriam podido os monges tomar posse da igreja.

Tomando em conta o que deixámos dito da planta da igreja, que não pode atribuir-se a S. Bernardo, das dimensões excepcionais do mosteiro, dos consideráveis trabalhos que supõe e da cronologia rectificadada da igreja, devem pôr-se algumas questões:

Poderiam os monges encarar a construção de um mosteiro da importância deste que conhecemos em 1178?

Disponham dos recursos financeiros e mão-de-obra necessários?

Gozavam de protecção régia cujas larguezas suprissem a modéstia dos seus recursos?

Gozavam também da segurança indispensável para levar a cabo esta obra?

Parece difícil admitir que, em 1178, os monges pudessem permitir-se semelhantes trabalhos. A cultura avançava lentamente e os coutos eram pouco povoados. O mosteiro, como se viu na primeira parte deste estudo, não dava provas de grande vitalidade. Só no século seguinte é que a gente o vê enxamear e fundar abadias filiais. As dimensões dos edifícios são fixadas em função do recrutamento monástico. É evidente que uma igreja

(28) Segundo as notas amavelmente comunicadas pelo saudoso Pierre DAVID.

construída para 40 monges se tornará insuficiente para 80. Ora nada prova que no século XII Alcobaça fosse muito povoado ou que os seus monges pudessem prever um recrutamento tão considerável como o deixam supor os edifícios que conhecemos. Temos, antes, o direito de pensar que a falta de vitalidade de que dá prova o mosteiro até o fim do século, e o pouco interesse do Capítulo Geral a seu respeito ⁽²⁹⁾, contradizem as afirmações dos Cronistas.

A situação económica dos coutos favoreceria uma construção desta importância? É lícito pô-lo em dúvida. Só no séc. XIII é que se encontram indícios de povoamento. Em 1153, o sítio devia ser deserto ou quase; de contrário, não poderiam os monges lá instalar-se. Os *Usos de Cister* proíbem fundar mosteiros nas cidades, nas aldeias, junto das quintas e dos solares. O cultivo de terrenos faz-se pouco a pouco e, no fim do séc. XII, não excede um raio de 2 quilómetros em redor da abadia. Nestas condições não se vê muito bem aonde iriam os monges buscar a mão-de-obra indispensável para tão vasta construção, sobretudo tendo em conta os necessários trabalhos de aterro.

Gozaria o mosteiro da influência que todos concordam em lhe reconhecer? É importante este ponto. Se o mosteiro é poderoso e protegido pelos soberanos, pode contar com o seu auxílio eficaz. Não deixarão eles de lho conceder, pois será não só uma obra de piedade, mas também de prudente administração, porque a valorização do território compensará as liberalidades régias. Os factos contradizem aqui as alegações das Crónicas. Não se poderá afirmar que D. Afonso Henriques dispusesse de recursos suficientes para financiar o estabelecimento de um mosteiro de tal importância. Tanto ele como o seu sucessor D. Sancho I escolheram sepultura em Santa Cruz de Coimbra, entre os Cónegos Regrantes, e não em Alcobaça. Não devemos iludir-nos com a menção tardia do nosso mosteiro no testamento de D. Sancho. Alcobaça não é mais favorecida do que os outros estabelecimentos religiosos do reino. Pelo contrário, parece que este rei, que teve clamorosas desavenças com o clero, não se mostrou nada favorável aos monges de Alcobaça. O Capítulo Geral de 1208

(29) Durante todo o séc. XII o Capítulo Geral apela ordinariamente para as abadias da Galiza, a fim de comunicarem as suas decisões aos Abades cistercienses portugueses.

queixa-se das perturbações que ele provoca e do apoio que concede ao Abade de Bouro que disputa a cadeira abacial do nosso mosteiro. O de 1209 é ainda mais firme. Denuncia o procedimento do rei que, diz, «aflige a Ordem em muitas coisas». Encarrega o Abade de Cister de intervir pessoalmente junto do soberano, a fim de lhe rogar que mostre «maior reverência», e pede ao Papa que escreva neste sentido a D. Sancho. Foi o seu sucessor, D. Afonso II, quem inaugurou o que poderá chamar-se a «política cisterciense dos soberanos portugueses».

Resta um último ponto. Gozariam os monges da paz e segurança necessárias para levar a bom termo obras tão importantes? Decerto que não. Há sempre o receio de incursões dos muçulmanos, que se dão até fins do século. A acreditarmos nos Cronistas, uma delas teve consequências graves. Ocorreu em 1190 ou 1195. A data é incerta, mas uma Definição do Capítulo Geral de 1197 desculpa os Abades do Ocidente da Península, que não puderam ir a Cister «propter incursionem paganorum». Esta Definição deixa entrever que se passaram graves acontecimentos nesta região, um ou dois anos antes, e nós julgamos que a destruição do mosteiro de Alcobaça e o morticínio dos monges devem colocar-se em 1195.

Pode concluir-se de tudo isto que nem o lugar, nem a situação económica e política, nem a protecção régia, permitem encarar no século XII um mosteiro tão importante como este que conhecemos. Os edifícios começados em 1178 (?) deviam ser de menores dimensões. Supondo uma igreja de cerca de 80 metros de comprimento, obtém-se ainda assim uma abadia de bom tamanho. Podia ela erguer-se sobre o esporão da serra sem o exceder muito, o que reduzia consideravelmente os trabalhos de aterro e representava uma economia certa. Será possível verificar na planta o que temos imaginado?

9 — Alcobaça I e Alcobaça II

Possuímos bastantes plantas de abadias da Ordem, sobre as quais é possível distinguir as fases da construção da igreja. Deve ter-se começado pelos alojamentos indispensáveis à vida dos monges. Depois construiu-se a parte da igreja em que se celebra o Ofício Divino: capela-mor, transepto (para as missas priva-

das), coro dos monges. É frequente haver neste momento uma pausa nas obras. Recomeçam elas depois por detrás de um tapume e termina-se o coro dos conversos. Às vezes a igreja não chegou a concluir-se e ficou-se pelo coro dos monges. É o caso em Portugal para Santa Maria de Aguiar. Nota-se com frequência na planta que a parede da nave oposta aos edifícios conventuais se detém à altura do coro dos monges, ao passo que a outra avança muito mais. Isto é lógico porque fica de encontro a essa parede o claustro em que os monges se reúnem à noite antes do Offício de Completas. Muitas vezes essa parede dá-nos o comprimento total da nave.

Na actual igreja de Alcobaça temos indicação clara duma interrupção à altura do 9.º pilar a partir da entrada. São diferentes os suportes dos cruzamentos de ogivas. O mesmo acontece com os pilares. E há outros indícios como, por exemplo, as diferenças de afastamento entre os pilares. Eis as medidas: entre o 7.º e o 8.º pilar (coro dos conversos) temos 3.^m19. Entre o 8.º e o 9.º, correspondente a uma modificação dos suportes e do aparelho da parede exterior, o afastamento é de 3.^m69. Entre o 9.º e o 10.º (coro dos monges), é de 3.^m94. Há outras coisas visíveis na planta: a espessura das paredes e o perfil dos pilares nelas embebidos não são idênticos de um extremo ao outro do edifício. Na colateral norte a mudança dá-se à altura do 4.º pilar. Na do sul, é ao nível do 8.º. Ora uma das anomalias menos explicáveis desta igreja é a estreiteza das colaterais, contrária às normas usuais dos construtores cistercienses. Em Claraval adoptam 5 metros, e aqui, à altura do coro dos monges, não vão além de 3.^m40. Na pequena igreja de S. João de Tarouca, as colaterais contam 3 metros. Este desequilíbrio, em Alcobaça, é coisa absolutamente anormal. Tem-se a impressão de que a igreja foi estirada em comprimento.

A ligação da ábside circular não se faz como em Claraval. O princípio é o mesmo. É evidente que a de Alcobaça, como aconteceu em Claraval, substituiu outra de cabeceira plana.

Enfim, como se pretende que Alcobaça seja a cópia de Claraval, pergunta-se qual a igreja de Claraval de que se trata. Houve três. A última, a que designamos pelo nome de *Claraval III*, possui cabeceira circular. Foi ela que serviu de modelo a Alcobaça, mas S. Bernardo não chegou a conhecê-la porque

foi construída depois da sua morte. Quando se afirma que o santo forneceu as plantas de Alcobaça, não pode tratar-se da igreja actual. Demais, como já foi dito, nenhuma igreja da filiação de Claraval construída em vida de S. Bernardo (ou sob a sua influência) possui cabeceira circular. Portanto a lenda não diz respeito à igreja actual.

Colocando sobre a planta da igreja de Alcobaça o esquema da planta clássica bernarda, a de Fontenay por exemplo, supõe-se que a nave termina por altura do 4.º pilar, onde se nota uma mudança de construção na parede contígua aos edificios conventuais. A cabeceira da capela-mor é tangente à coroa circular formada pelas últimas pilastras a norte e sul. Ainda não existe a colateral do transepto e a parede ocidental encontra-se no sítio das actuais pilastras. Nos braços obtemos quatro capelas, dispostas duas a duas, como na maioria das igrejas da Ordem. As dimensões obtidas são aproximadamente as seguintes:

	Fontenay	Alcobaça
nave	66 m.	75
nave (largura):	19 m.	21
transepto:	30 m.	36

À excepção do transepto um pouco mais longo, a relação das proporções é idêntica nos dois casos. Há melhor: na planta da suposta igreja, o conjunto das construções monásticas que dela derivam não trahorda em parte alguma para o terraplano. Quanto às colaterais, a sua largura fica normal. O volume interior é bem equilibrado, e nada vem contradizer as regras tradicionais das proporções que se encontram em todas as igrejas deste tipo.

Estamos evidentemente reduzidos a conjecturas no que respeita à elevação interior, mas a planta sugere uma igreja semelhante às que se encontram quase por toda a parte e nas quais, como notou H.-P. Eydoux, a nave central é cerca de duas vezes mais alta do que as colaterais. Em suma aqui, em Alcobaça, teria sido transposta com fidelidade a planta de Fontenay desenhada por Achard, mestre de obras de S. Bernardo. Tudo isto não passa, é claro, de raciocínio. Para verificar esta tese só temos o estudo

da planta, a comparação com as que reunimos, o exame das paredes, das pilastras, do aparelho, do relevo, e também o que sabemos dos costumes da Ordem, da atitude dos reis, do desenvolvimento económico dos coutos. Seria preciso fazer excavações ou, pelo menos, sondagens em alguns pontos fáceis de determinar, para descobrir as fundações da primeira igreja. Mas não é decerto por simples acaso que as proporções desta igreja suposta quadram tão perfeitamente com as das outras igrejas deste tipo, a ponto de se evocar irresistivelmente Fontenay.

É costume designar por números as diversas fases da transformação das grandes abadias da Ordem. Assim como temos Claraval I, Claraval II e Claraval III, propomos que se adoptem as expressões seguintes:

Alcobaça I: igreja e mosteiro do séc. XII.

Alcobaça II: igreja e mosteiro actuais.

III

CONCLUSÃO

Teria havido uma primeira igreja empreendida no séc. XII, talvez em 1178: a de Alcobaça I. Essa igreja era de dimensões médias, de cabeceira plana, e reproduzia a planta clássica bernarda. É possível que seja esta semelhança com as outras abaciais da filiação de Claraval que esteja na origem da lenda da planta enviada por S. Bernardo.

Quando o mosteiro foi repovoado depois da catástrofe de 1190/1195, parte dos monges deviam vir de Claraval, a abadia-mãe. Isto está de acordo com o costume da Ordem. Nessa data, estava terminada há alguns anos a construção da igreja de Claraval III. Podia ter vindo para Alcobaça um dos monges que nela trabalharam. É impossível explicar o desenho da planta de Alcobaça II sem admitir a influência directa de Claraval III, porque a nossa igreja é a única, em toda a Ordem, que reproduz tão fielmente a igreja claravalense. As dimensões da cabeceira circular dependiam das da cabeceira quadrada primitiva, o

que explica suficientemente o desacordo entre Claraval III e Alcobaça II neste ponto. Para o resto, utilizaram-se as fundações que subsistiam. Aliás, talvez não tenha sido destruída a igreja em construção e se limitassem a aumentá-la. Como nesse momento se previa grande, não podendo alargá-la alongaram-na, destruindo assim a relação das proporções. Há um caso análogo na Prússia, na abadia de Ovila.

Teríamos tido assim em Alcobaça duas igrejas, ambas as quais se podem chamar *cópias de Claraval* e que tiveram, também ambas, como architecto um Claravalense.

Se a planta da igreja de Alcobaça I foi a que sugerimos neste estudo, teríamos em Portugal pelo menos cinco abadias do tipo clássico bernardo: Alcobaça I, Tarouca, Fiães, Aguiar, Salzedas. Deveria talvez acrescentar-se a pequena igreja de Ermelo. A reconstituição desta planta teria grande importância para a história portuguesa do séc. XII. Alcobaça desempenhou um papel de demasiado relevo na história deste país para que se despreze o seu estudo, embora seja preciso rectificar as nossas concepções a tal respeito. Mas só escavações metódicas poderiam permitir o perfeito esclarecimento deste ponto.

Pelo contrário, a igreja de Alcobaça II não pode continuar a atribuir-se a S. Bernardo, como escrevem os cronistas. Só a sua austera beleza, a sua pureza e nobreza fazem dela um monumento digno do espírito e da grandeza do Abade de Claraval. Mas é paradoxal ver nela o próprio tipo da igreja cisterciense, quando pela planta e pela elevação ela é a negação mais absoluta dos princípios acarinhados por S. Bernardo. Também se não pode continuar a considerá-la uma igreja do séc. XII. Muito longe disso! Só no séc. XIII pôde ser concebido e realizado este templo magnífico. Ainda bem que os diferentes architectos que se sucederam no decurso da construção — podem encontrar-se sinais de quatro mestres — conservaram o espírito dos grandes construtores cistercienses e conferiram à sua obra esta serenidade e nobreza que ainda hoje admiramos. Mas não é possível ir mais longe no caminho das concessões.

Se houve uma igreja de Alcobaça digna do grande Abade de Claraval só pode ter sido a de Alcobaça I. Foi por causa dela que nasceu a lenda de Dom Bernardo a desenhar as plantas do longínquo mosteiro português e a confiá-las ao Abade que en-

viava para este país. Foi talvez porque as veneráveis pedras hoje desaparecidas ou escondidas nos alicerces do templo actual foram regadas com o sangue dos monges mártires, que os filhos de Cister se multiplicaram maravilhosamente nesta terra durante sete séculos, dando a Portugal o melhor deles próprios.

FR. MAUR COCHERIL
monge cisterciense

(Tradução de M. O.)